

# Sarney, os 100 dias de confusão e perplexidade

JOSÉ FONSECA FILHO

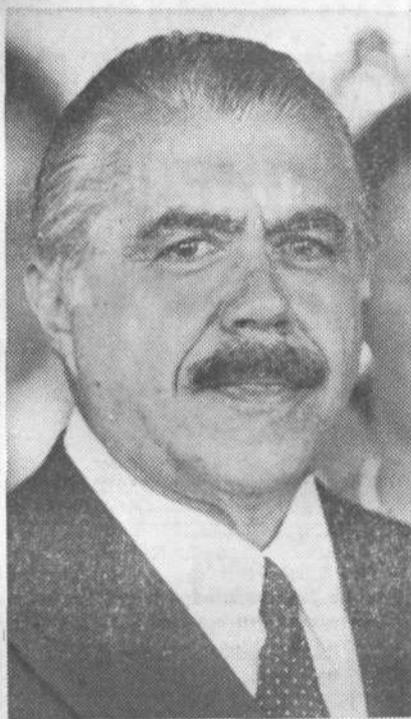
O presidente José Sarney atinge os cem dias de governo ainda envolto por um clima de perplexidade e indefinições, seja na área política, onde a sustentação parlamentar é dificultada pela disputa entre os dois partidos da Aliança Democrática, como no setor econômico e financeiro, onde as divergências entre os ministros impedem a fixação de uma estratégia homogênea de combate à inflação. O projeto de reforma agrária foi anunciado de forma "açodada e desastrada", segundo opinião de um importante ministro, e provocou reações contrárias e confusão, dificultando o início do ciclo reformista do governo.

Pelo menos o presidente da República passou a trabalhar, embora ele próprio se queixe de que a máquina administrativa não o acompanha, suas ordens não podem ser executadas e o funcionalismo está desestimulado. Por isso, Sarney determinou a reforma administrativa e a colocação de dois computadores no Gabinete Civil, de modo a ter à mão informações precisas sobre todos os atos do governo e andamento de projetos no Congresso. Sarney permanece em seu gabinete das 9 até às 20h30, em média, gastando menos de duas horas para almoçar no Palácio do Jaburu, onde ainda reside, apesar de repetidas intenções de se mudar para o Palácio Alvorada. As audiências atingem média superior a dez por dia, e Sarney determinou estrita austeridade nos gastos públicos. Os ministros, constrangidos pela campanha contra as mordomias, rejeitaram em sua maioria as mansões do Lago e tiveram seus salários praticamente triplicados. Antes ganhavam, líquidos, cerca de Cr\$ 4 milhões mensais.

Na primeira reunião do Ministério, em 17 de março, Sarney leu o discurso de Tancredo Neves, cuja ordem principal era "não gastar" além de determinar que cada ministro providenciasse um levantamento completo da situação em que recebia cada ministério, no prazo de 90 dias. A doença de Tancredo foi um período prolongado de tensões e expectativas para o presidente então em exercício, que evitou tomar iniciativas governamentais e protelou as nomeações dos integrantes do segundo escalão administrativo, para que todas fossem feitas com a arquiescência do presidente eleito. O governo ficou praticamente paralisado nos 42 dias do drama que acometeu o País e culminou com a morte de Tancredo Neves. Nesse período, Sarney teve crises de desânimo e dormia às vezes três horas por noite, confessando várias vezes jamais ter esperado viver semelhante drama.

Após a morte de Tancredo, no discurso diante da sepultura e mesmo antes, num congresso de escritores em São Paulo, Sarney reafirmou seus compromissos, assegurando que tudo que ele prometeu durante a campanha seria fielmente cumprido. Assumindo efetivamente o governo, promoveu campanhas internas de moralização, reduzindo o uso de carros oficiais e jatos executivos, mantendo a proibição de Tancredo a qualquer contratação no serviço público. Comprou do próprio bolso um suporte de metal e colocou nele a Constituição, que passou a ser objeto permanente de sua mesa de trabalho. Os ministros que quisessem ocupar as mansões poderiam fazê-lo mas sem promover gastos com decoração ou compra de materiais. Os assessores diretos de Tancredo foram gradativamente substituídos por outros da confiança pessoal de Sarney que, mais recentemente viria a consolidar a estrutura de apoio à Presidência com a designação de conselheiros especiais para todas as áreas da administração.

O presidente Sarney divulgou recomendação ao ministro da Fazenda para que recursos públicos não fossem mais desviados para saldar débitos de empresas privadas fraudulentas, depois do estouro do grupo Brasilinvest, e pela primeira vez nos últimos anos o Ministério da Justiça diligenciou para a classificação penal de grandes empresários envolvidos, co-



Sarney, aprendendo

Arquivo

mo Mário Garnero. Pouco depois, entretanto, viria a ocorrer o estouro do Grupo Sulbrasileiro, e movido por pressões políticas dos governadores dos Estados sulistas, mesmo contra o parecer do ministro Francisco Dornelles, foi enviado projeto de estatização do banco ao Congresso. Aprovado, com acréscimos não admitidos pelo governo, foram todos posteriormente vetados por Sarney, que afirmou estar cumprindo seu dever. Ainda assim houve protestos, porque a verba destinada ao grupo gaúcho foi praticamente a mesma desviada para atender a cerca de 700 mil flagelados pelas enchentes do Nordeste.

Gradativamente o presidente foi resgatando algumas promessas da Aliança Democrática. Restabeleceu a autonomia política dos municípios antes classificados como de segurança nacional e seu primeiro projeto sancionado foi do filho, deputado José Sarney F., eliminando a participação de empresas multinacionais na produção e distribuição de filme. Um projeto polêmico que acabou sendo condenado pela indústria cinematográfica. Na mesma época, por engano de um dos funcionários subalternos do Gabinete Civil, acostumados com a prática do regime anterior, o presidente Sarney enviou um decreto secreto ao Congresso, denunciado pelo líder do PDS, deputado Prisco Viana. O projeto classificava as chefias das agências do SNI no Rio e São Paulo como privativas de generais. O esclarecimento do governo foi imediato, e o relacionamento com a imprensa restabelecido em termos democráticos. Os auxiliares diretos do presidente — chefes dos Gabinetes Civil e Militar e do SNI — foram todos apresentados aos jornalistas credenciados no Palácio do Planalto, e o general Ivan de Souza Mendes afirmou que "a verdade é a essência da informação".

Houve algum desentendimento na indicação do governador provisório do Distrito Federal, mas depois Sarney se fixou em José Aparecido, tirando-o do Ministério da Cultura. O Ministério escolhido por Tancredo foi mantido integralmente, mas Aparecido e Aluisio Alves eram os que tinham maior intimidade pessoal com Sarney. O novo ministro da Cultura foi indicado depois de várias semanas e confirmada a recusa da atriz Fernanda Montenegro em aceitar o cargo. O presidente assinou um projeto destinando 12 bilhões de dólares ao Nordeste nos próximos 15 anos, mas os governadores regionais acharam pouco. Sarney manteve sempre a fisionomia tensa, tomando remédios diariamente para dormir. Os ministros com suas conhecidas divergências internas foram acostumando-se com o novo presidente.

## Austeridade, eleições e contenção

No início de maio, Sarney enviou mensagem ao Congresso restabelecendo as eleições diretas para a Presidência da República e as prefeituras das capitais, que acabou incorporada ao "emendão" aprovado pela Comissão Interpartidária que extirpava o entulho autoritário da Constituição em vigor, e seria promulgado no dia 15 deste mês. Na área política, criou o Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Mulher, cumprindo outra promessa de Tancredo, a Comissão da Reforma do Ensino Superior e começou a se impacientar com o emperramento da máquina administrativa. Passou a fazer discursos de improviso, valorizando as solenidades realizadas no Palácio e iniciou a aproximação com artistas e intelectuais, que recebia para almoços no Palácio do Jaburu. Promoveu os cafés da manhã também em instrumento de trabalho, aproveitando para receber personalidades e jornalistas para conversas informais. Suas viagens aos Estados ficaram limitadas à necessidade de serviço, regressando a Brasília no mesmo dia, proibindo festejos nas cidades visitadas.

"O poder não é uma festa", afirmou o presidente na segunda reunião do Ministério, como a primeira realizada a portas abertas para a imprensa. Apesar das divergências entre os ministros Francisco Dornelles e João Sayad, a política antiinflacionária apresentou resultados positivos, com o índice se mantendo em torno de 7 a 8% ao mês, contra mais de 12% no governo anterior. Foi adotada a política de controle de preços e aumento dos cortes nos gastos públicos, discutindo-se ainda a redução dos juros como fatores adicionais ao êxito da política antiinflacionária. O debate persiste e Sarney passa nas últimas semanas a ser acusado de

indefinições e timidez na adoção de decisões. O presidente, enquanto isso, vai deixando claro estar satisfeito com o Ministério em termos políticos, mas ressaltando que se considerar necessário promoverá substituições por razões administrativas.

Instaurou o presidente o sistema de reuniões semanais com os líderes da Aliança Democrática, das quais nem sempre participa o ministro da Justiça, que ficou sem a coordenação política do governo, assumida pelo próprio Sarney. As greves previstas para a região do ABC paulista estouraram a partir de abril e o governo se recusou a declarar qualquer delas ilegal, dando o presidente apoio à política do ministro Almir Pazzianotto, que sofria críticas dos ministros Roberto Gusmão e Antônio Carlos Magalhães. Os prejuízos foram de 250 milhões de dólares nas exportações e o próprio chefe do SNI considerou que o próprio governo se recusou a ser excessivamente moderado com os abusos dos grevistas, tal como aconteceu com o governador Montoro. O fato estimulou a disputa entre os ministros considerados conservadores e progressistas. Sarney anunciou a duplicação do valor do salário mínimo em 1º de maio reiterando que a medida fazia parte da prioridade do governo aos problemas sociais. Autorizou ainda os estudos para a extensão do 13º salário ao funcionalismo público federal.

A nova lei de greve elaborada no fragor dos movimentos trabalhistas de São Paulo foi divulgada e bastante criticada pelo seu liberalismo, passando depois a sofrer uma condenação de elementos do próprio governo, devido à sua divulgação sem prévio debate entre as partes diretamente in-

teressadas. Pior ainda foi a reação contrária ao que seria o primeiro projeto reformista do governo da Nova República, a reforma agrária. O projeto mereceu condenação total do empresariado rural. Mas Sarney insiste em que ele será implantado. Mais uma vez houve condenação dentro do próprio governo, quando vários ministros consideravam que o projeto foi anunciado precipitadamente.

Líderes dos partidos comunistas começaram a ser recebidos em audiência no Palácio do Planalto e até a visitar o chefe do SNI, todos demonstrando apoio ao chefe do governo. Sarney convidou duas vezes o deputado Ulysses Guimarães para ser o coordenador do pacto político, depois chamado de nacional, mas ele se recusou. O presidente assume a função e começa a convidar representantes de diversos segmentos da sociedade para debater em conjunto, na Granja do Torto, os problemas nacionais. Economistas, empresários, sindicalistas, banqueiros e políticos, mas o pacto, que seria em favor da consolidação da democracia e não do governo especificamente, é recebido com ceticismo e os políticos o consideram abstrato e indefinido. Na área política, o presidente surpreende ao protelar a criação da Comissão da Constituinte, enquanto a mensagem convocando a Assembléia Nacional Constituinte, também prevista para o início do governo, conforme prometera Tancredo Neves, só acontecerá até o final desta semana. A Aliança Democrática começa a se desagregar com a proximidade das eleições municipais, mas Sarney acredita que ela sobreviverá, pois foi elaborada em termos nacionais.

Brasília/Ag. Estado